



**CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE VAGAS EM CARGOS EFETIVOS DA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SENGÉS/PR**

ANTES DE INICIAR A PROVA, LEIA AS INSTRUÇÕES ABAIXO:

1. Aguarde a orientação do aplicador da UniuV para iniciar a prova.
2. Leia, atentamente, as questões, e atenha-se a elas, pois nenhum esclarecimento a mais poderá ser dado, e o sucesso de um concurso está na compreensão do que é solicitado.
3. Utilize somente caneta esferográfica preta ou azul para assinalar a folha de respostas. Utilize lápis e borracha apenas para suas anotações no caderno de provas.
4. Para assinalar as respostas na folha correspondente basta preencher todo o círculo que contém a letra escolhida da questão pertinente da seguinte forma: ●
5. Será nula a prova, se forem assinaladas todas as questões com uma única alternativa de respostas.
6. Serão nulas as respostas rasuradas ou múltiplas para uma mesma questão.
7. Não se atenha às questões que julgar difíceis, volte a elas, se lhe sobrar tempo.
8. Ao início da prova, o aplicador comunicará o período de tempo concedido para a realização dela.
9. Ao término da prova, entregue **TODO O MATERIAL** recebido.
10. Preencha claramente os dados na folha de respostas. Assine e marque seu número de inscrição.
11. Não é permitido, em hipótese alguma, o empréstimo de qualquer objeto.
12. Somente poderá ausentar-se da sala da prova, acompanhado do fiscal volante.
13. Permaneça no local da prova pelo prazo mínimo de uma hora, a contar do início da prova.
14. Guarde todo tipo de equipamento de comunicação eletrônico e relógio, durante a execução da prova.
15. Use o espaço na capa do caderno de prova para copiar as suas respostas, para posterior conferência, se quiser.
16. O resultado do concurso não será divulgado por telefone.
17. Após a realização das provas, os gabaritos e o conteúdo das provas objetivas serão divulgados, via internet, no site concursopublico.uniuv.edu.br a partir das 17h do dia 19 de março de 2012.



**CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE VAGAS EM CARGOS EFETIVOS DA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SENGÉS/PR**

1. Conforme a Lei de Responsabilidade Fiscal e, em relação à apuração da receita corrente líquida, é correto afirmar que:
- A () Será apurada somando-se as receitas correntes anuais e subtraindo desse montante as despesas correntes anuais;
 - B () Será apurada somando-se as receitas correntes anuais, mais as receitas de capital anuais e, desse montante subtraem-se as despesas correntes anuais mais as despesas de capital anuais;
 - C () Será apurada somando-se as receitas arrecadadas no mês em referência e nos onze meses anteriores, excluindo-se as duplicidades;
 - D () Será apurada somando-se todas as receitas arrecadadas no período, subtraindo as transferências de capital;
 - E () Será apurada subtraindo - se do total do ativo financeiro o total do passivo financeiro
2. Na Lei de Orçamento Anual não poderá constar:
- A () As despesas relativas à dívida pública mobiliária ou contratual e as receitas que as atenderão;
 - B () O refinanciamento da dívida pública;
 - C () As despesas com pessoal inativo;
 - D () Dotação para investimentos com duração superior a um exercício financeiro sem previsão no plano plurianual ou em lei que autorize sua inclusão;
 - E () Os juros e encargos da dívida pública externa.
3. A Lei de Responsabilidade Fiscal veta as transferências voluntárias de recursos para entes que:
- A () Instituem a cobrança de novos tributos;
 - B () Que não exerçam a cobrança de arrecadação de todos os tributos de sua competência;
 - C () Que não estejam em dia com suas obrigações financeiras junto ao Estado;
 - D () Que não as tenham previstas no orçamento anual;
 - E () Que possuam restos a pagar de anos anteriores.
4. Das alternativas listadas abaixo, a única que está incorreta é:
- A () O INSS retido dos funcionários é considerado uma receita pública;
 - B () O montante previsto para operação de crédito poderá ser superior ao das despesas de capital constantes do projeto de lei orçamentária;
 - C () As operações de crédito são consideradas receitas orçamentárias;
 - D () A operação de crédito por Antecipação da Receita Orçamentária não é considerada receita orçamentária;
 - E () As questões “A” e “D” estão incorretas.
5. São consideradas renúncia de receita, EXCETO:
- A () Parcelamento de tributos;
 - B () Anistia;
 - C () Subsídio;
 - D () Crédito presumido;
 - E () Isenção.



**CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE VAGAS EM CARGOS EFETIVOS DA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SENGÉS/PR**

6. São motivos para aplicação das sanções de suspensão de transferências voluntárias, EXCETO:
- A () Apenas as transferências relativas às ações de educação;
 - B () Apenas as transferências relativas a ações de melhoria do transporte público;
 - C () Apenas as transferências relativas às ações de saúde;
 - D () Apenas as transferências relativas às ações de segurança pública;
 - E () As alternativas “A” e “C” estão corretas.
7. A dívida pública mobiliária é representada:
- A () Por títulos emitidos pela União, Estados e/ou Municípios;
 - B () Por contratos;
 - C () Por convênios;
 - D () Por leis específicas;
 - E () Por tratados firmados.
8. A competência para verificar o cumprimento dos limites e condições relativos à realização de operações de crédito de cada ente da Federação é:
- A () Do Banco Central;
 - B () Do Ministério da Fazenda;
 - C () Da Receita Federal;
 - D () Do Poder Judiciário;
 - E () Do Poder Legislativo.
9. Com relação às Operações de Crédito por Antecipação da Receita Orçamentária é correto afirmar que:
- A () Somente poderá ser realizada a partir do décimo dia do início do exercício;
 - B () Não poderá ser realizada no último ano de mandato do executivo;
 - C () Deverá ser liquidada, com os juros incidentes, até o último dia do mês de dezembro de cada ano;
 - D () Pode ser realizadas mesmo que haja operação anterior de mesma natureza não resgatada integralmente;
 - E () As alternativas “A” e “B” estão corretas.
10. As receitas de capital derivadas da alienação de bens e direitos que integram o patrimônio público podem ser aplicadas:
- A () Para financiar qualquer tipo de despesas de capital;
 - B () Para financiar qualquer tipo de despesas correntes;
 - C () Se destinadas por lei aos regimes de previdência social, geral e próprio dos servidores públicos;
 - D () Para pagamento da folha de 13.º salário do funcionalismo público;
 - E () As alternativas “A” e “C” estão corretas.
11. Não se classifica como dívida flutuante:
- A () Os restos a pagar;
 - B () Os serviços da dívida a pagar;
 - C () As operações de crédito por financiamento, de longo prazo;
 - D () Os depósitos em consignações;
 - E () Os débitos de tesouraria.



**CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE VAGAS EM CARGOS EFETIVOS DA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SENGÉS/PR**

12. São exemplos de órgãos pertencentes à Administração Pública Direta e à Administração Pública Indireta, respectivamente:
- A () Ministério da Fazenda – Secretaria Municipal de Finanças;
 - B () Ordens dos Advogados do Brasil – Ministério da Justiça;
 - C () Departamento Municipal de Contabilidade – Conselho Regional de Contabilidade;
 - D () Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – Banco Central do Brasil;
 - E () Fundações – Autarquias.
13. As leis que estabelecem o plano plurianual, as diretrizes orçamentárias, os orçamentos anuais, são de iniciativa:
- A () Do Poder Executivo, apenas;
 - B () Do Poder Legislativo, apenas;
 - C () Do Poder Judiciário, apenas;
 - D () Do Poder Executivo e Legislativo, apenas;
 - E () Do Poder Legislativo e Judiciário, apenas.
14. Segundo As Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, o regime contábil adotado para os registros contábeis do setor público é:
- A () O regime de caixa;
 - B () O regime de competência;
 - C () O regime de caixa para as receitas e competência para as despesas;
 - D () O regime misto;
 - E () O regime especial.
15. Estão obrigadas a observar as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, integralmente, as entidades abrangidas pelo seu campo de aplicação, EXCETO:
- A () As prefeituras municipais;
 - B () As câmaras municipais;
 - C () As fundações públicas de direito privado;
 - D () As autarquias federais;
 - E () As autarquias estaduais.
16. Não é considerada como uma Unidade Contábil Originária:
- A () A Prefeitura Municipal;
 - B () Uma Autarquia Municipal;
 - C () Uma Fundação Municipal;
 - D () Uma Secretaria Municipal;
 - E () A Câmara Municipal.
17. Fazem parte da estrutura do sistema contábil, segundo as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, EXCETO:
- A () Sistema orçamentário;
 - B () Sistema financeiro;
 - C () Sistema de custo;
 - D () Sistema de compensação;
 - E () Todos os sistemas acima fazem parte da estrutura do sistema contábil.



**CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE VAGAS EM CARGOS EFETIVOS DA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SENGÉS/PR**

18. A fase de estudo e aprovação da proposta orçamentária é de competência:

- A () Só do Poder Legislativo;
- B () Só do Poder Executivo;
- C () Só do Poder Judiciário;
- D () Do Poder Executivo e do Poder Legislativo;
- E () Do Poder Legislativo e do Poder Judiciário.

19. São Exemplos de Projetos e Atividades, respectivamente:

- A () Construção de uma ponte – aberturas de estradas;
- B () Abertura de estradas – conservação de estradas;
- C () Manutenção da secretaria de obras – manutenção da operação “tapa buracos”;
- D () Manutenção de módulos policiais - construção de módulos policiais;
- E () Construção de salas de aulas – ampliação de salas de aulas.

20. Será classificada como receita tributária pelo município:

- A () O ICMS;
- B () O IPVA;
- C () O ISSQN;
- D () O ITBI “*causa Mortis*”;
- E () As alternativas “A” e “C” estão corretas.

21. A fonte de receita pública que não se classifica na categoria econômica Receitas Correntes é:

- A () Receita Tributária;
- B () Receita Patrimonial;
- C () Alienação de Bens;
- D () Receitas de Serviços;
- E () Receita de Contribuições.

22. Não é classificado como Receita Patrimonial:

- A () O recebimento de dividendos;
- B () O recebimento de aluguéis;
- C () A receita de arrendamentos;
- D () A receita proveniente de venda de ações;
- E () As alternativas “A” e “D” estão corretas.

23. Serão classificadas como receitas orçamentárias e receitas extraorçamentárias, respectivamente:

- A () O IPTU – o Alvará de Licença;
- B () A venda de um veículo – o INSS retido dos Funcionários;
- C () Operação de crédito interna – operação de crédito externa;
- D () As cauções – as fianças;
- E () As transferências correntes – as transferências de capital.



**CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE VAGAS EM CARGOS EFETIVOS DA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SENGÉS/PR**

24 Não é considerada como Dívida Ativa Tributária:

- A () O IPTU lançado e não recebido no exercício anterior;
- B () A atualização monetária dos tributos lançados e não recebido em exercícios anteriores;
- C () As multas aplicadas aos tributos lançados e não recebido em exercícios anteriores;
- D () Os empréstimos compulsórios não recolhidos em exercícios anteriores;
- E () As alternativas “B” e “C” estão corretas.

25. Serão consideradas como Inversão financeira as dotações destinadas à:

- A () Aquisição de bens novos;
- B () Aumento de capital de empresas industriais;
- C () Aumento de capital de empresa comercial;
- D () Aquisição de Imóveis;
- E () As alternativas “C” e “D” estão corretas.

26. A obrigatoriedade de que o recolhimento de todas as receitas deverá ser feita em um único caixa, vetando qualquer fragmentação para criação de caixas especiais está implícita no princípio orçamentário:

- A () Da Exclusividade;
- B () Da Universalidade;
- C () Da Unidade;
- D () Da Anualidade;
- E () Da Legalidade.

27. O princípio orçamentário que determina que as receitas e as despesas orçamentárias devam ser autorizadas pelo Poder Legislativo em parcelas discriminadas e, não, pelo seu valor global, facilitando o acompanhamento e o controle do gasto público é:

- A () O Princípio do Equilíbrio Orçamentário;
- B () O Princípio Orçamentário da Legalidade;
- C () O Princípio Orçamentário da Especificação;
- D () O Princípio Orçamentário da Publicidade;
- E () O Princípio Orçamentário da Não afetação da Receita.

28. Dependem de prévia autorização legislativa para sua abertura:

- A () Somente os Créditos Adicionais Suplementares;
- B () Somente os Créditos Adicionais Especiais;
- C () Somente os Créditos Adicionais Extraordinários;
- D () Os Créditos Adicionais Suplementares e Especiais;
- E () Os Créditos Adicionais Especiais e Extraordinários.

29. A única fonte de recurso disponível para fins de abertura de Créditos Adicionais, que possui restrição quanto a sua utilização é:

- A () Superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior;
- B () Os provenientes de excesso de arrecadação;
- C () Os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias;
- D () O produto de operações de crédito autorizadas;
- E () As alternativas “C” e “D” estão corretas.



**CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE VAGAS EM CARGOS EFETIVOS DA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SENGÉS/PR**

30. O processo licitatório poderá ser impugnado quando:

- A () Houver a especificação completa do bem;
- B () Houver indicação da marca;
- C () Houver indicação das unidades e quantidades a serem adquiridas;
- D () Houver a padronização do material a ser adquirido;
- E () Houver fornecedor local que possa fornecer o bem.

31. A alienação de bens imóveis não dependerá de autorização legislativa, exceto nos casos de:

- A () Ação em pagamento;
- B () Doação, permitida exclusivamente para outro órgão público;
- C () Investidura;
- D () Venda a outro órgão ou entidade da Administração pública;
- E () Quando a venda for de interesse particular do executivo.

32. Das modalidades de licitação listadas, a única que não tem restrição quanto ao seu uso para aquisição de bens é:

- A () Concorrência;
- B () Tomada de preço;
- C () Convite;
- D () Leilão;
- E () Pregão.

33. A Lei Orçamentária Anual compreenderá os seguintes orçamentos, EXCETO:

- A () Orçamento fiscal;
- B () Orçamento de investimentos das empresas;
- C () Orçamento da seguridade social;
- D () Orçamento de fluxo de caixa;
- E () As alternativas “B” e “D” estão corretas.

34. A modalidade de licitação utilizada para contratação de pessoal temporário é:

- A () Concurso Público;
- B () Processo Seletivo;
- C () Concorrência;
- D () Leilão;
- E () Pregão.



**CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE VAGAS EM CARGOS EFETIVOS DA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SENGÉS/PR**

35. O termo “Redução ao valor recuperável (impairment)”, refere-se a:
- A () Soma do preço de compra de um bem com os gastos suportados direta ou indiretamente para colocá-lo em condição de uso.
 - B () A diferença entre o valor líquido contábil do bem e o valor justo ou em uso, com base em laudo técnico.
 - C () O valor presente dos rendimentos futuros do bem, esperados ao longo de seu uso contínuo e de sua alienação ao final da vida útil.
 - D () O valor do bem registrado na contabilidade, em determinada data, deduzido da correspondente depreciação, amortização ou exaustão acumulada.
 - E () O valor da venda de um ativo menos o custo para sua alienação (preço líquido de venda).
36. Segundo as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, a única demonstração que não faz parte das demonstrações destinadas ao Setor Público é:
- A () Balanço Patrimonial;
 - B () Balanço Orçamentário;
 - C () Balanço Financeiro;
 - D () Demonstração do Fluxo de Caixa;
 - E () Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.
37. O controle interno sob o enfoque contábil compreende o conjunto de recursos, métodos, procedimentos e processos adotados pela entidade do setor público. São finalidades do controle interno, EXCETO:
- A () Aprovar as contas do município;
 - B () Salvar os ativos e assegurar a veracidade dos componentes patrimoniais;
 - C () Dar conformidade ao registro contábil em relação ao ato correspondente;
 - D () Propiciar a obtenção de informação oportuna e adequada;
 - E () Estimular adesão às normas e diretrizes fixadas.
38. O fator que não deve ser considerado ao se estimar a vida útil econômica de um bem é:
- A () A capacidade de geração de benefícios futuros;
 - B () O desgaste físico decorrente de fatores operacionais ou não;
 - C () A nacionalidade do bem;
 - D () A obsolescência tecnológica;
 - E () Os limites legais ou contratuais sobre o uso ou a exploração do ativo.
39. O termo “alienação de bens”, no setor público, tem o significado de:
- A () Aquisição de bens;
 - B () Venda de bens;
 - C () Bens dados em garantia de dívida;
 - D () Garantia fiduciária;
 - E () As alternativas “C” e “D” estão corretas.
40. O documento que cria para o Estado a obrigação de pagamento é:
- A () O Edital;
 - B () O contrato de serviços;
 - C () A nota de empenho;
 - D () O ato adjudicatório;
 - E () A nota fiscal.